

Desenvolvimento:

um conceito que disfarça preconceitos e ideologias dos países industrializados

José Ampagatubó [1]

ULusófona
ampajose@gmail.com

Resumo

A ideia do desenvolvimento, para além de se associar a própria dinâmica da natureza humana é, essencialmente, produto da «revolução» científica» do séc. XVI na Europa [2]. Uma centúria que «revolucionou» e arquitetou a ideia da modernidade e do progresso, em todos os domínios, principalmente, nas sociedades europeias. Refere-se, fundamentalmente, as consequências da matriz histórico-cultural da tradição judaico-cristã, nas práticas europeias rumo ao capitalismo atual.

Essas consequências estão na origem, também, do eurocentrismo e da ideologia do desenvolvimento expressos explicitamente no livro do W.W. Rostow, “Etapas do Desenvolvimento económico” [3].

Desenvolver, na perspectiva do referido livro, significa «ocidentalizar-se». Trata-se, portanto, de repetir, basicamente, a trajetória percorrida pelos países da Europa Ocidental aquando da sua passagem da sociedade feudal para a capitalista.

Como essa «ocidentalização» não trouxe nenhum valor acrescentado aos países em vias desenvolvimento no mundo, recomenda-se neste artigo a urgência de se adequar este conceito a «realidade» atual dos mesmos, enfatizando para este efeito, a necessidade e a importância de se associar a noção do desenvolvimento ao do respeito do meio ambiente, das pessoas e das comunidades.

Trata-se, portanto, de pôr em prática uma mudança paradigmática, fundamental, a favor de uma que defenda uma visão pós-disciplinar e/ou transdisciplinar.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, mudança, especificidade, ideologia.

Abstract

The idea of development, in addition to associate the very dynamics of human nature is essentially a product of the «scientific» revolution». XVI in Europe. A century that 'revolutionized' and architected the idea of modernity and progress in all areas, especially in European societies. Refers, in particular, the consequences of historical-cultural matrix of Judeo-Christian tradition, European practices towards the current capitalism.

These consequences are also of Eurocentrism and the ideology of development expressed explicitly in the book from W.W. Rostow, "stages of economic development".

Develop, from the perspective of that book, means 'Westernize'. It is, therefore, to repeat, basically, the path traveled by the countries of Western Europe at the time of your passage from feudal society to capitalist.

As this 'Westernization' does not bring any added value to developing countries in the development world, is recommended in this article the urgency to adapt this concept to 'current' reality, emphasizing the need for and importance of associate the notion of the development of respect for the environment, people and communities.

It is therefore a crucial paradigm shift in favour of defending a post-disciplinary approach and/or transdisciplinary vision.

Keywords: Development, change, uniqueness, ideology.

Introdução

Em todas as sociedades ou coletividades humanas no mundo, ocorrem, mudanças. Podem ser lentas, demoradas e imperceptíveis, mas acontecem sempre e naturalmente.

Significa isto que, não há nenhuma sociedade em que tudo permanece eternamente imutável; pois em todas as coletividades humanas há dinâmicas que impulsionam as mudanças para algo melhor, isto é, o bem-estar do homem.

O que diferencia essa mudança numa sociedade para outra ou de um continente para outro, é a sua dimensão em termos quantitativos e qualitativos. Foi o que aconteceu com a «revolução» científica do séc. VI na Europa, muito, particularmente, aquando do iluminismo no séc. XVIII e da industrialização das economias desses países no séc. XIX.

Durante este período, mais precisamente no séc. XIX, M. Weber, E. Durkheim e K. Marx tentaram, cada um do seu ponto de vista, explicar a razão de ser dessas mudanças, ocorridas na Europa nomeadamente a passagem da sociedade feudal para a capitalista.

Enquanto Weber, enfatiza na sua produção científica o fator racionalidade, Durkheim, atribui a dissolução dos laços de solidariedade mecânica e Marx, o fator agudização das contradições na sociedade feudal.

Essas análises dos clássicos da Sociologia revelam a dimensão das inquietações dos cientistas sociais de então em relação a esta matéria (desenvolvimento). De fato, nestas Ciências, um terço (1/3), para não dizer a totalidade do que, normalmente, é estudado e produzido nessa área do saber humano, acaba por se relacionar sempre com a questão do desenvolvimento.

A sua definição não é fácil e consensual, principalmente, nas Ciências Sociais. Dai muitas das

vezes a sua exaltação ou não, de acordo com sucesso ou insucesso dos paradigmas dominantes em cada época.

A justificação do exposto no parágrafo anterior tem a ver com o fato de que, o desenvolvimento, na sua natureza intrínseca, envolve sempre diversos aspetos da vida humana, quer nas sociedades industrializadas quer não.

Nesta ordem de ideias e no que diz especificamente respeito as sociedades europeias, o contributo das civilizações judaico-gregas, nessa matéria, foi decisivo, sobretudo, no que concerne a questão do ideal do desenvolvimento.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (uma guerra praticamente intraeuropeia) o conceito do desenvolvimento teve maior projeção planetária, devido a descolonização das ex-colónias europeias no mundo que por sua vez, supostamente, precisavam, também de se desenvolverem como as suas antigas potências colonizadoras europeias.

De fato, com a descolonização em referência, o conceito do desenvolvimento passou ser fortemente marcado por maior conotação ideológica traduzida, essencialmente, no eurocentrismo. Refere-se as décadas dos anos 50-60, período considerado por muitos cientistas sociais, como «áureo», isto é, do “triunfo do PIB”, defendem outros [4].

Foi nessa altura que surgiu a teoria da modernização com orientações específicas (uma espécie de «guia» ou «passaporte») para os países então descolonizados rumo ao suposto desejado desenvolvimento, socioeconómico dos mesmos.

Roxborough dizia a este respeito que: “*Quando a Sociologia voltou sua atenção, pela primeira vez, para o mundo subdesenvolvido, na década de 1950, supunha-se geralmente que as novas nações do Terceiro Mundo seguiriam a mesma trajetória percorrida pelos países da Europa Ocidental em sua transição para o capitalismo*”

(Roxborough, 1981, 1ª aba).

Essa forma de pensar sobre o desenvolvimento traduz, sobremaneira, a ideologia que estava sempre disfarçada na teoria da modernização que normalmente “*esconde interesses, preconceitos ou simplesmente, ignora-se a si própria em nome de uma racionalidade que se pretende, ou se deseja, universal*” (Murteira, 1988, p. 250).

Na verdade, através do conceito do desenvolvimento os países europeus industrializados impõem aos em vias de desenvolvimento os seus modos de vida; pois “*é tão ideológico pretender, em nome do desenvolvimento, construir na Guiné-Bissau ou na Guiné-Conakry a economia de mercado, como transformar Angola ou Etiópia em economia centralmente planeada*” (Murteira, 1988, p. 250).

Nesta perspetiva, o desenvolvimento não é senão “*o modo como certos países, fortemente articulados a nível nacional, reproduzem a si próprios*” (Murteira, 1988, p.250).

Assim sendo, desenvolver passa significar pôr em prática “*a maneira como o Ocidente se pensa e faz*” (Murteira, 1988, p.242), em termos económicos, e em consequência, o suposto desejado desenvolvimento.

Refere-se, basicamente, a reutilização dos paradigmas que serviram de suporte na explicação das mudanças ocorridas na Europa, nas chamadas sociedades tradicionais (feudalismo) para a modernidade (capitalismo) como aconteceu com os três sociólogos, já referidos anteriormente.

Nessa explicação da mudança nas sociedades europeias observa-se a predominância do paradigma evolucionista de influência darwiniana nos três sociólogos. O mesmo aconteceu também com H. Spencer, Comte e Parsons entre outros [5].

O evolucionismo em referência nesta parte introdutória do artigo, para além de defender e

justificar a dicotomia nas sociedades (tradicional vs. moderno), serviu também para a expansão e consolidação da colonização europeia no mundo ao alegar que só sobrevive no universo, aquele que é mais forte de todos [6].

A abordagem exposta até aqui, sobre o conceito do desenvolvimento “*sofreu ataques constantes dos teóricos radicais e marxistas, pela sua incapacidade de explicar os efeitos das sociedades capitalistas desenvolvidas sobre a mudança social nos países subdesenvolvidos*” (Roxborough, 1981, 1ª aba).

De fato, a falência de muitos projetos do desenvolvimento, impostos pelo Ocidente industrializado aos países do Sul, em nome da modernização, geralmente, correspondentes aos modos de vida europeus, teve influência negativa sobre o próprio conceito do desenvolvimento; pois este não soube corresponder as expectativas das sociedades, na periferia da economia de mercado.

A justificação do exposto tem a ver com a não observância das especificidades socio-históricas, políticas e económicas daqueles países, principalmente, no que diz respeito a forma como os mesmos foram incorporados e articulados na economia de mercado, e em consequência de tudo isto, o fracasso total, no processo da industrialização das suas economias.

Nesta perspetiva, e tendo em conta que todas as teorias relacionadas com o desenvolvimento (a teoria da modernização por exemplo e diversas perspetivas teóricas neste sentido), nunca corresponderam a «realidade» dos países em vias de desenvolvimento porque os modelos subjacentes as mesmas, limitava-se, a afeiçoar a sensibilidade económica e o estilo de consumo favoráveis as economias industrializadas, aconselha-se que é chegada altura de se optar por uma abordagem do problema em termos pós-disciplinares, isto é, numa perspetiva transdisciplinar. De fato o desenvolvimento é um processo multidimensional que não pode ser tratado e ou reduzido a uma única disciplina.

1- Desenvolvimento: Um conceito eurocêntrico com reflexos profundos nas práticas económicas, políticas e culturais dos dirigentes e elites do Sul

A experiência dos países industrializados, principalmente, da Europa Ocidental, está intrinsecamente ligada ao conceito do desenvolvimento. A justificação do exposto tem, a ver com o fato de que a Europa foi desde os séc. XVI, XVII, XVIII e XIX, principalmente, na primeira metade do séc. XX, o centro dos acontecimentos mundiais em todos os domínios. Neste último, por exemplo, nada era feito, mundialmente, sem referência a Europa.

Esta Europa, só foi posta em causa, aquando da Segunda Guerra Mundial, uma contenda que destruiu a hegemonia europeia no mundo, e em consequência do exposto, a sua falta de capacidade de influência na atualidade, em comparação com a do passado, isto é, do antes da referida contenda.

Nesta perspetiva e na sequência do anteriormente exposto, é de importância capital, dizer aqui, que a história europeia, produto da matriz histórico-cultural deste continente, foi considerada, depois da Segunda Guerra Mundial, como modelo de boas práticas que deveria ser adotado pelo resto do mundo, sobretudo, pelos países em vias de desenvolvimento. Esta forma de pensar nas sociedades europeias industrializadas consolidou o eurocentrismo e a ideologia do desenvolvimento.

Esta é, também, a razão das principais produções científicas de crescimento económico de então, terem, sistematicamente, enfatizado o evolucionismo, como forma da materialização do modo de vida europeia, nos países na periferia da economia de mercado, e deste modo, a satisfação das suas necessidades básicas em to-

dos os domínios.

Refere-se aos cientistas sociais dessa altura, como por exemplo o economista Adam Smith, que no seu livro intitulado, “*A Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*” [7], defendia o evolucionismo, como elemento fundamental para a criação da riqueza das nações e do bem-estar das sociedades no mundo, numa perspetiva de longo prazo.

O sucesso dessas teorizações, suportadas, teoricamente, pelas mudanças então verificadas na Europa, (a passagem do feudalismo para capitalismo), nomeadamente, nos setores de transporte, agricultura, comércio e na comunicação social etc. permitiram a solidez do eurocentrismo deste conceito.

Mais, o estatuto de escravizados e, simultaneamente, de colonizados a que os países em vias de desenvolvimento estiveram sujeitos, agravou esta forma de pensar europeu, e desde modo, a ênfase da ideológica do desenvolvimento.

Essa ênfase, teve como principais reflexos na atualidade, a uniformização de hábitos de consumo, e em consequência do exposto, maior dependência económica dos países do Sul em relação aos do Norte.

Significa isto que, este uniformíssimo globalizante e destruidor das civilizações dos países na periferia da economia de mercado, em nome da eficiência, contribuiu, de forma sistemática, na manutenção dos modelos europeus do desenvolvimento, de essência extravertida.

De fato, o incentivo a imitação do comportamento da Europa Ocidental, em matéria do desenvolvimento, que, geralmente, se observa nas práticas das elites do Sul, por razões da sua aculturação, está na origem do isolamento destas ao rejeitarem, permanentemente, qualquer participação das populações locais nas estratégias do desenvolvimento económico.

Na verdade, o espírito mimético destes, produto de uma cultura herdada do passado colonial, constitui hoje, o principal fator justificador, do expresso nos parágrafos anteriores.

Murteira dizia a este respeito que: *“Interessa distinguir, portanto, dois aspetos daquilo que aqui chamamos ideologia do desenvolvimento: elemento mimético, que de alguma forma pretende imitar ou transferir padrões de sociedades que se consideram mais avançadas no seu desenvolvimento; o elemento a que chamamos imperial, no sentido de permitir ou fomentar de alguma forma a anexação da sociedade em desenvolvimento a certo espaço político-económico mundial”* (Murteira, 1988, p. 250).

E acrescenta ainda o seguinte: *“No que se refere ao elemento mimético, a ideologia do desenvolvimento conduziu, em África, a desastrosas experiências de industrialização de que em certos casos, restam hoje sobretudo toneladas de sucata, dívidas por pagar e estratégias de reconversão que, em particular quando integradas em esquemas de ajustamento estrutural à maneira do Banco Mundial, são em última análise estratégias de desindustrialização”* (Murteira, 1988, p. 250).

Nesta lógica, e na sequência do que foi referido nas páginas anteriores, o eurocentrismo, responsável da falta de flexibilidade no pensamento dos países do Norte em matéria do desenvolvimento, está também na base do pressuposto de que os países em vias de desenvolvimento, são todos homogêneos, e como tal a «receita» para ultrapassar o atraso destes, deveria ser igual para todos.

Roxborough argumentava assim quando abordava o mesmo problema: *“O erro central da maioria dessas teorias foi uma generalização excessiva: aceitaram o pressuposto de que existe apenas uma única situação de subdesenvolvimento. Tratando o Terceiro Mundo como se fosse composto de unidades essencialmente semelhantes, essa abordagem ignora as variações e as diferentes histórias entre os países que o constituem. Para ser válida, uma proposição deve ser historicamente específica, tanto em termos do desenvolvimento do sistema capitalista mundial como em termos da maneira pela qual a articu-*

lação dos países subdesenvolvidos com aquele sistema criou, no decorrer do tempo, uma estrutura de classes e um conjunto de instituições políticas específicas, com uma história que lhes é própria” (Roxborough, 1981, 1ª aba).

Esta ideia de que todos os países, na periferia da economia de mercado, são iguais, tem dificultado o desenvolvimento normal e duradouro destes. De fato, os países do Sul, são todos diferentes uns dos outros, em termos culturais, económicos, históricos e geográficos.

Essa diferença, faz com que a teoria económica, isto é, o conceito do desenvolvimento dominante na Europa Ocidental, não seja capaz de adequar-se a «realidade» destes.

De fato, a «realidade» em referência, é tão hiper-complexa para que as teorias que serviram, no passado, para explicar a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, sejam importadas para resolver e solucionar os problemas do não desenvolvimento dos referidos países.

Isto não quer dizer também que a generalização teórica não é possível neste tipo de análises. O que se defende aqui, é simplesmente, a chamada de atenção ao leitor para os cuidados a ter com a mesma, devido a hipercomplexidade dos fatores socio-históricos e culturais destas sociedades.

Na verdade, para além dessa diferença entre estes países, acima referida, há outros fatores a ter em conta neste quadro, nomeadamente no que diz respeito aos problemas do incentivo e/ou aliciamento dos dirigentes e elites locais, por parte dos países do Norte, a reproduzir, sistematicamente, o modo de vida dos referidos países, como se constatou ao longo deste artigo.

Este aliciamento faz com que estes dirigentes e elites do Sul deixam de se preocupar com a poupança, por razões da sua aculturação, e em consequência, a persistência do não desenvolvimento nestas sociedades.

Essa prática, consequência da sua aculturação, faz com que se observa nos mesmos, um expressivo espírito de mimetismo que se traduz, na política da ostentação em todos domínios e dimensões.

Sine comunga desta ideia, ao defender no seu trabalho que: “*Palácios, parque automóvel, vivendas sumptuosas, extravagâncias, estando todo este luxo ao serviço do modo de vida. Modo de vida esse que sai caro ao país subdesenvolvido, e o reverso da medalha é ainda menos animador: pílhaagem dos orçamentos, agravamento dos orçamentos de funcionamento em detrimento dos investimentos, desvios de fundos públicos, especulação e corrupção*” (Sine, 1976, pp.100-101).

Refere-se, basicamente, as aspirações destes em continuarem viver de acordo com o modo de vida das elites europeias aquando da colonização dos países em vias de desenvolvimento no mundo, com consequências gravíssimas para o progresso económico dos mesmos, como aliás já se referiu.

Sine ao falar das consequências da influência da cultura colonial sobre o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento defendia o seguinte: “*O acesso à cultura colonial serve também de regulador das dinâmicas internas das classes. Por intermédio da cultura colonial, modelam-se e formam-se novas classes dirigentes, por exemplo as burocracias, cuja atitude fundamental visa defender a ordem colonial. Sob este aspeto, a cultura colonial exerce uma função essencialmente geradora de subdesenvolvimento*” (Sine, 1976, p.99).

Na verdade, os intelectuais e dirigentes políticos, dos países em vias de desenvolvimento, devido a sua aculturação limitam-se a reproduzir os modelos do desenvolvimento que permitem a continuidade e manutenção do não desenvolvimento nos países do Sul.

O mesmo Sine, ao falar das causas do subdesenvolvimento dos países na periferia da economia de mercado, muito particularmente, do conti-

nente africano, dizia o seguinte: «*O papel económico nefasto da cultura colonial não é muitas vezes posto em relevo. Mediante a cultura colonial, são suscitados, modelados e incentivados as necessidades e os hábitos de consumo dos países subdesenvolvidos. Pois é essa cultura que fornece os modelos de consumo. A lógica colonial do subdesenvolvimento é ditada pelo mercado, especialmente os mercados para os produtos manufaturados provenientes das metrópoles capitalistas. A cultura colonial, ao moldar artificialmente os gostos e as necessidades dos países dominados, põe-se ao serviço desta lógica que repousa numa relação de mercado*” (Sine,1976, pp.99-100).

Assim sendo, e para a completa extinção desse impacto no comportamento dos dirigentes e elites dos países do Sul é, fundamental, desfazer-se dos «envelopes» da cultura colonial nestes atores e, simultaneamente, reformular e reabilitar o conceito do desenvolvimento.

2- A necessidade e urgência de reformular o conceito do desenvolvimento

Perante o que foi dito até agora, e tendo, especificamente, em conta a «realidade» sociocultural, económica, histórica e política dos países em vias de desenvolvimento, chama-se atenção para a necessidade de reformular e reabilitar o conceito do desenvolvimento, para desta forma acabar com o eurocentrismo subjacente ao mesmo.

De fato, este conceito, tal como foi formulado até agora, não é capaz de corresponder as necessidades dos países do Sul, principalmente, no que diz respeito a conservação do meio ambiente e, muito particularmente, na resolução e satisfação dos problemas sociais daquelas sociedades.

A justificação do acima exposto tem a ver, com a observação, sistemática, do carácter eurocêntrico do conceito, que se traduz, na dominação e exploração dos recursos dos referidos países, a favor do Ocidente industrializado.

Assim sendo, é fundamental que esta prática seja posta em causa, e deste modo, evitar a continuidade da abordagem mecanicista da mudança, causadora da destruição do setor económico, das identidades socioculturais e do meio ambiente dos países do Sul.

O pôr em causa esta ideia do desenvolvimento, constitui neste artigo, a única forma eficiente e natural de acabar de uma vez por todas, com as suas conotações ideológicas. Trata-se, basicamente, de reabilitar este conceito de acordo com a «realidade» dos países na periferia da economia de mercado, e deste modo, retirar-lhe o fundamentalismo economicista, dominante durante o séc. XX, principalmente, depois do término da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente, em 1945.

Roque Amaro dizia a este respeito que: “*O desenvolvimento, como conceito e instrumento, não soube lidar com os problemas sociais e ambientais das sociedades em geral, servindo, no essencial, como instrumento de dominação dos países industrializados do Norte, em particular dos E.U.A., permitindo-lhes manter os seus níveis elevados de vida. Como instrumento de dominação do Ocidente e de seleção de pessoas, deve pois ser abandonado, o que não é visto como um fato negativo, pois a solução para os países do Sul e as populações desfavorecidas não é o desenvolvimento mas sim o «fim do desenvolvimento»*” (Amaro, 2003, p. 23).

E acrescenta dizendo que: “*De fato, na sequência das reflexões que propus nos pontos anteriores, julgo que o conceito de desenvolvimento está em vias de sofrer um processo de renovação (e reabilitação) radical, que o liberta, nas suas novas formulações, das responsabilidades históricas e das conotações negativas que lhe foram provocadas pelo fundamentalismo economicista dos primeiros 30 anos (e ainda dominante em muitos aspetos)*” (Roque Amaro, 2003, p. 23).

O desenvolvimento como prática social é difícil de ser um conceito neutro, pois está, geralmente, balizado e/ou condicionado pela matriz histórico-cultural dos países industrializados da Europa

Ocidental, donde é originário.

Para que seja minimamente aproveitável pelos países em vias de desenvolvimento, é fundamental libertá-lo dos preconceitos do passado colonial, e em consequência, das heranças culturais dos intelectuais na periferia da economia de mercado.

A justificação do exposto tem a ver com o fato de que essas heranças culturais constituem, na atualidade, as principais bases do espírito mimético que se observa nas práticas quotidianas dos intelectuais dos países então colonizados pelos europeus, principalmente, os de continente africano quer em termos políticos, económicos e culturais.

De fato, a cultura herdada das antigas potências colonizadoras, por parte dos intelectuais, dirigentes e elites desses países, faz com que estes tenham como a sua maior preocupação, a defesa permanente, do modo de vida colonial, modo esse, geralmente, geradora do subdesenvolvimento nessas sociedades.

Nesta perspetiva, é importante defender e incentivar a participação das populações locais no processo do desenvolvimento destes países, porque estas são os únicos «guardiões» das culturas ancestrais daqueles povos então colonizados pelos europeus no mundo e desta forma a rotura com esse passado colonial.

De fato, essa participação é, fundamental para qualquer o sucesso do desenvolvimento no Sul, na medida que ela constitui a principal força-motriz que proporciona melhor apoio em termos políticos para o desenvolvimento eficiente dos referidos países.

Trata-se da necessidade da implementação da política do desenvolvimento a favor da iniciativa local, libertadora do espírito criador das populações locais e desta forma, a valorização das suas condições socioculturais e socioeconómicas.

Ao ser privilegiada essa participação das populações locais no desenvolvimento dos respetivos países, as mesmas passam a constituir a verdadeira força social e política que proporciona as principais roturas políticas e económicas com o passado colonial, a favor do bem-estar de todos.

De fato, as populações locais, isto é, na periferia da economia de mercado, constituem hoje verdadeiras «fontes» das culturas destes povos, e em consequência do referido, a favor de um desenvolvimento que vai ao encontro das suas necessidades básicas.

E é desta forma que se consegue, efetivamente, evitar a reprodução dos modelos culturais europeus extravertidos que estão na base do mimetismo dos dirigentes dos países em vias de desenvolvimento no mundo, e deste modo, a reformulação necessária deste conceito (desenvolvimento).

Conclusão

Em jeito de conclusão é importante, defender e enfatizar que o desenvolvimento, tal como foi concebido pelos países industrializados do Norte, só trouxe benefícios a estes países, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da produção, com consequentes melhorias do bem-estar das suas sociedades.

No que diz respeito, aos países do Sul, o problema é completamente diferente do exposto anteriormente. De fato, apesar de algum esforço na criação das mesmas condições criadas nos países do Norte, o que mais se observou, foi a persistência dos problemas do subdesenvolvimento, como por exemplo o mal-estar das populações locais, a manutenção do analfabetismo, principalmente, do sexo feminino e das baixas taxas de esperança de vida à nascença.

O porque destas privações e retrocessos nos pa-

íses Sul? A resposta não é fácil e nem tão pouco é linear. Assim sendo, defende-se que um desses fatores da razão de ser deste retrocesso, pode ser encontrado e explicado no contexto do eurocentrismo e da ideologia do desenvolvimento, originários dos países do Norte, em particular da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América.

O mesmo se pode dizer em relação ao mimetismo dos dirigentes e elites destes países; mimetismo esse, defensor da política de ostentação nessas sociedades do Sul, em vez de poupança, indispensável para maior investimento nas economias nacionais.

Este mimetismo assim como a visão economicista do desenvolvimento, destruidor dos recursos naturais e do meio ambiente; responsável pela fome e da pobreza generalizada nos países em vias de desenvolvimento, todos juntos (mimetismo e a visão economicista do desenvolvimento) conduziram, a desastrosas experiências em matéria da modernização das suas economias.

Nesta perspetiva, e tendo em conta que todas as teorias relacionadas com o desenvolvimento, nunca corresponderam a «realidade» dos países em vias do desenvolvimento porque os modelos subjacentes as mesmas, limitavam-se, a afeiçoar a sensibilidade económica e o estilo de consumo favoráveis as economias industrializadas, aconselha-se que é chegada altura de se optar por a abordagem do problema numa perspetiva multidisciplinar. De fato o desenvolvimento é um processo tão complexo e multidimensional que não pode ser tratado e ou reduzido a uma única disciplina.

Para este efeito, é fundamental, uma profunda reformulação do conceito e das suas práticas, evitando deste modo o problema da inadequação dos modelos que subdesenvolveram os países em vias de desenvolvimento no mundo.

Nesta lógica, é imprescindível, recorrer alternativas viáveis em termos do desenvolvimento dos países do Sul, alternativas essas capazes de valorizarem, sistematicamente, a adoção de uma metodologia pragmática a favor da participação das populações locais.

Trata-se, basicamente, de adequar o conceito do desenvolvimento a «realidade» atual dos países na periferia da economia de mercado, enfatizando para este efeito, a necessidade e a importância de se associar a noção do desenvolvimento ao do respeito do meio ambiente, das comunidades, e em consequência, acabar com abordagem da mudança mecanicista, reducionista e destruidora dos recursos dos países do Sul. Em suma, é pôr em prática uma mudança paradigmática, a favor de uma visão pós-disciplinar; uma visão que privilegia a integração, isto é, articulação de conhecimentos multidisciplinares, numa perspetiva pós-disciplinar, isto é, a transdisciplinaridade.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, F. (1998). *Desenvolvimento económico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: BNB
- Amaro, R.R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 6 (12), 35-70. Consultado em 16 de Agosto de 2017 através de <http://cea.revues.org/1573>
- Guidens, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta
- Guidens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta
- Gulbenkian, C. (2006). *A Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Lisboa: C. Gulbenkian

- Landes, D. (2001). *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Lisboa: Gradiva.
- Murteira, M. (1988). *Os Estados de língua portuguesa na economia mundial – Ideologias e práticas do desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rostow, W.W. (1978). *Etapas do Desenvolvimento económico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Roxborough, I. (1981). *Teorias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Sine, B. (1976). *Imperialismo e teorias sociológicas do desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.
- Sousa, V. D. de (2008). A necessidade de reinvenção do paradigma de desenvolvimento rural – Uma reflexão a partir do caso algarvio. *VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS

Nota:

- [1] Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa, Portugal
- [2] Isto não significa que antes desta centúria não se observava manifestações, a favor do progresso e o bem-estar das coletividades humanas. De fato desde antiguidade, mais precisamente no tempo de Aristóteles já se observava preocupações dessa natureza a favor do progresso humano, felicidade e prosperidade.
- [3] Ver W.W. Rostow, 1978.
- [4] Murteira, 1988.
- [5] Amaro, 2003.
- [6] Ibidem.
- [7] Gulbenkian, 2006.